

**HABEAS CORPUS Nº 501.374 - SP (2019/0089413-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : VANESSA PELLEGRINI ARMENIO - SP229887**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DANILO ROBERTO QUIRINO LOPES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de DANILO ROBERTO QUIRINO LOPES, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 120):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS E CONVERSÃO DAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE, COM REGIME INICIAL FECHADO. Pretendida reversão, sob o argumento de que, primeiramente, executam-se as mais graves e, após, as mais brandas, a teor do disposto no CP, art. 76. Impossibilidade. Agravante que, cumprindo pena em regime fechado, tem nova condenação a restritiva de direitos. Incompatibilidade do cumprimento simultâneo ou posterior da "alternativa". Manutenção da unificação, nos termos da LEP, art. 111, não se aplicando o CP, art. 76. Nova condenação definitiva que tem o condão de acarretar a unificação e interrupção do prazo para progressão de regime, mas não o marco inicial para fins de concessão de livramento condicional. Parecer da PGJ nesse sentido. Provimento parcial.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções proferiu decisão na qual determinou que a data da própria decisão deve ser a data-base para os benefícios da execução, após a unificação das penas (fls. 35/88).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso da defesa, apenas para excetuar a interrupção do lapso temporal para o livramento condicional (fls. 119/124).

Salienta a defesa que não há dispositivo legal que admite a fixação da data da decisão que unificou as penas como data-base, de modo que a decisão exarada é ilegal e injustificável.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja modificada a data-base para futuros benefícios do paciente.

Liminar indeferida à fl. 132.

Prestadas as informações (fls. 138/200 e 203/265), manifestou-se o Ministério Público Federal pela concessão da ordem (fls. 267/271).

É o relatório.

DECIDO.

A impetrante alega que a data-base para a concessão de benefícios deve ser alterada, nos moldes do entendimento consolidado por este Superior Tribunal de Justiça.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso da defesa, a fim de excetuar a interrupção do lapso para o livramento condicional (fls. 123/124):

Por outro lado, conforme remansoso entendimento, **a superveniência de nova condenação, quando em cumprimento de pena, a despeito de acarretar unificação - nos termos da LEP, art. 111 -, não altera o marco inicial para fins de livramento condicional, tendo o condão de interromper apenas o prazo para progressão de regime.**

[...]

Portanto, a despeito da unificação das penas, mantém-se inalterada a data-base para concessão do livramento condicional.

Diante do exposto, dá-se provimento parcial ao agravo, para determinar que a data-base para a concessão do livramento condicional não se altere em decorrência da unificação das penas.

Assim como evidenciado, o cerne da impetração consiste em determinar a data que, após a unificação das penas, será considerada como termo inicial para a concessão de novos benefícios.

Sobre o assunto, é bem verdade que a jurisprudência do STJ adotava o trânsito em julgado da última condenação, por fato posterior ou anterior ao início da execução, como o marco inicial para a concessão de novos benefícios da execução.

Ocorre que a Terceira Seção, em recente precedente, uniformizou o entendimento jurisprudencial desta Corte, fixando a data da última prisão como marco interruptivo para concessão dos benefícios da execução, no caso de crimes cometidos antes do início da execução da pena, e, nos casos de delitos cometidos no curso da execução, a data do cometimento da última infração disciplinar. Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

**2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios**

executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante *bis in idem*.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. *Recurso não provido.* (REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/2/2018, DJe 15/3/2018.)

Assim, o entendimento do Tribunal *a quo*, ao estabelecer a data da decisão que unificou as penas como marco interruptivo para a concessão de novos benefícios prisionais, está em dissonância com a atual jurisprudência desta Corte Superior, o que evidencia a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar a data da última prisão como marco interruptivo para concessão dos benefícios da execução no caso de crimes cometidos antes do início da execução da pena, e, nos casos de delitos cometidos no curso da execução, a data do cometimento da última infração disciplinar.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator